

## MARCAS DA HISTORICIDADE E DA CENTRALIDADE DO ESPAÇO URBANO: O CASO DO MERCADO CENTRAL DE PELOTAS-RS<sup>1</sup>

Characteristics of historicity and centrality of urban space:  
the case of the Central Market of Pelotas-RS

Maria Thereza Rosa RIBEIRO\* 

**Resumo:** O foco desta apresentação é a historicidade construída pelos cidadãos nos espaços centrais da cidade de Pelotas. A referência empírica de centralidade é o Mercado Público o qual recebeu uma intervenção urbanística entre 2009 e 2012, que resultou numa mudança na paisagem urbana advinda da multifuncionalidade do uso do espaço e da dinâmica de consumo dos frequentadores. O estudo capta as ações dos cidadãos, em cujas práticas produzem formas de convivência no espaço urbano que deixam vir à cena conflitos, consensos, exclusão social (gentrificação). A análise faz uso de fontes secundárias sobre a história do Mercado Central de Pelotas, com vistas a conhecer o significado do Mercado Público enquanto herança de tempos pretéritos que integra o conjunto arquitetônico histórico de Pelotas, reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2006; 2012). A concepção de história do lugar abrange as categorias “isotopia”, lugar do mesmo, mesmo lugar; “heterotopia”, o outro lugar e o lugar do outro; e, “u-topia”, o não-lugar, o lugar do alhures, na perspectiva crítica de Henri Lefebvre, em suas obras *O direito à Cidade* ([1968], 2001) e *a Revolução urbana* ([1970], 2008).

**Palavras-chave:** Mercado Central. Espaço urbano. Centralidade. Historicidade.

**Abstract:** The focus of this presentation is the historicity built by the citizens in the central spaces of the city of Pelotas. The empirical reference of centrality is the Public Market, which received an urban intervention between 2009 and 2012, which resulted in a change in the urban landscape due to the multifunctionality of the use of space and the dynamics of consumption of the regulars. The study captures the actions of townspeople, whose practices produce forms of coexistence in the urban space that allow conflicts, consensus, social exclusion (gentrification) to come onto the scene. To this end, it makes use of secondary bibliographic sources on the history of the Central Market of Pelotas, in order to understand the meaning of the Public Market as an inheritance from generation to generation, which integrates the historical architectural complex of Pelotas, recognized by the Institute of Historical and Artistic Patrimony National (IPHAN, 2006; 2012). The conception of the history of the place covers the categories “isotopy”, place of the same, same place; “Heterotopia”, the other place and the place of the other; and, “u-topia”, the non-place, the place of elsewhere, in the critical perspective of Henri Lefebvre, in his works *Right to the City* ([1968], 2001) and *the Urban Revolution* ([1970], 2008).

**Keywords:** Central Market. Urban space. Centrality. Historicity.

Submetido em 30/06/2020. Aceito em 16/11/2020.

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão modificada do texto apresentado no Grupo de Trabalho Sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais, no 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), realizado em Florianópolis (SC), de 9 a 12 de julho de 2019.  
\* Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, PPGS-UFPEL. Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1979; 1987). Mestrado em Sociologia pela UFRGS (1985). Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP, 1999). Pós-Doutorado no PPGS - Sociologia -UFRGS (2011). Pesquisadora há mais de 40 anos e professora no ensino superior desde 1986. Membro Associada da Latin American Studies Association (2011-2016), da Sociedade Brasileira de Sociologia, da Associação Latino-americana de Sociologia e participante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Lidera o Grupo de Pesquisa Sociedade, Representações e Processos Sociais CNPq/UFPEL. E-mail: <mtherezaribeiro@gmail.com>.



## INTRODUÇÃO

Este artigo busca compreender a interação dos cidadãos de Pelotas que, por meio das práticas lúdicas de consumo e convivências no espaço urbano, ressignifica a forma da centralidade com conteúdo diversos, para além do significado do marco histórico do lugar. O universo empírico é o Mercado Central, situado na cidade de Pelotas, o qual recebeu uma intervenção urbanística no período entre 2009 e 2012. A recuperação do prédio junto a outros da quadra do Mercado Central contribuiu com a mudança da paisagem urbana associada à multifuncionalidade do uso do espaço e à dinâmica de relações sociais no centro da cidade. Pelotas é um município da região sul do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Sua população urbana e rural, segundo estimativa do IBGE de 2020, é de 343.132 habitantes, sendo a quarta cidade mais populosa do estado.

A abordagem prioriza observar, descrever e interpretar a historicidade das práticas que produzem formas de convivência no espaço urbano, atenta a descrever os processos de mudanças de longa duração ligados a episódios de conflitos entre necessidades econômicas e percepções de diferentes atores desde a construção do Mercado Central de Pelotas até os dias de hoje, à morfologia urbana, à economia. Também o ideário de modernização das cidades que pode resultar na “gentrificação” de sujeitos sociais, e a aspectos arquitetônicos de valorização do patrimônio histórico. Dessa forma, se concebe quando numa única história construída cabem muitas histórias reconstituída no espaço-tempo de longa e de curta duração.

Nos processos de mudanças, a centralidade da forma urbana abrange a historicidade de uma teia de ações e relações pela qual se forma o espaço social, num espaço-tempo em que simultaneamente integra e desintegra o urbano. Dessa maneira, observa-se que a multifuncionalidade contemporânea do Mercado Central culminou na transformação do movimento das pessoas neste espaço transfigurado por novas significações de consumo de bens, onde encontros e desencontros de mentalidades se projetam no consumo, no lazer e na festa.

No eixo teórico-metodológico são ressaltados os limites da generalização sociológica referentes a mudanças que provêm das complexas e múltiplas formas de (des) integração e de diferenciação de relações sociais numa situação concreta. Florestan Fernandes (1970; 2004) admitia, os conceitos e as categorias de análise de uma realidade concreta iluminam a observação da historicidade da interação dos indivíduos envolvidos e, analiticamente, possibilitam a reconstrução interpretativa das relações que foram erradicadas e das que permanecem (RIBEIRO, 2016).

O estudo das formas históricas coetâneas na sociedade atual possibilita compreender conflitos e diferenças no movimento de diversas práticas marcadas por temporalidades distintas circunscritas a uma totalidade global, heterogênea e plural na forma societária. (FERNANDES, 1970, 2004; RIBEIRO, 2016). Para tanto, estão infiltradas na descrição e na observação do assunto em tela as categorias de análise da história do lugar como, “isotopia”, lugar do mesmo, mesmo lugar; “heterotopia”, o outro lugar e o lugar do

outro; e, “u-topia”, o não-lugar, o lugar do alhures, na visão crítica de Henri Lefebvre, em suas obras *O direito à cidade* ([1968], 2001) e *A revolução urbana* ([1970], 2008).

## 1. A CENTRALIDADE DO ESPAÇO URBANO

A centralidade é percebida através da interação dos cidadãos no espaço físico construído, enquanto relação social. Similar ao desenho da escrita poética que descreve a multiplicidade de elementos: a mobilidade das pessoas, a circulação de bens e objetos de consumo, as luzes, o colorido, o som e a música, a riqueza e a pobreza, a diversidade humana e a variedade de propósitos, conflitos, contradições, pontos de vista, desejos e necessidades.

Lefebvre (2008) designa à centralidade, o fenômeno urbano, como o movimento dialético que compõe ou destrói, que cria ou desmancha, concentra ou fragmenta, hierarquiza localidades, objetos e relações sociais. Se na forma urbana, a centralidade atrai o semelhante e o diferente, nem por isso ela, acrescenta Lefebvre (2008, p. 108), “é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo [os signos e símbolos]” De acordo com o autor, “os signos do urbano são os signos de reunião: as coisas que permitem a reunião (a rua e a superfície da rua, pedra, asfalto, calçada etc.) e as estimulações da reunião (praças, luzes etc.)” (LEFEBVRE, 2008, p.109). Contudo, no percurso da materialização do urbano “a concentração sempre enfraquece e se rompe. É preciso, então, um outro centro, uma periferia, um alhures. Um outro lugar e um lugar outro. (...) Esse movimento, produzido pelo urbano, produz, por sua vez, o urbano” (LEFEBVRE, 2008, p. 109). A descentralização acaba por reproduzir uma nova centralidade.

A percepção desse movimento de criação, destruição e recriação do urbano também é concebida pelo jornalista norte-americano Elwyn Brooks Write (1899-1985), ao se referir à cidade de Nova York, em seu escrito de 1949, no qual diz: “A cidade é como a poesia: uma pequena ilha que contém toda a vida, todas as raças e castas; a isso se somam a música e o acompanhamento de seus motores internos” (WRITE, 2002, p. 29). Aqui, acolho a imagem topográfica da ilha, sugerida por Write, para classificar a noção de centralidade referida ao ponto de atração do hodierno Mercado Central de Pelotas (RS) (Figuras 1), que concentra em si mesmo e dispersa na vizinhança: moradores permanentes da cidade, moradores de outras cidades que trabalham em Pelotas, bem como visitantes, turistas, e pessoas que se deslocam de outros lugares em busca de estudo, trabalho e mesmo fixar residência na cidade.

Atualmente, depois da recuperação do prédio histórico do Mercado Central de Pelotas (2006-2012), nesse espaço pode-se encontrar uma pluralidade de pessoas cuja história está projetada na escolha de consumo, do estilo musical – samba, chorinho, Música Popular Brasileira, jazz, clássico, etc. –, conforme o estabelecimento comercial frequentado, o restaurante. Nas conversas nas quais participa, na expressão do lúdico – significativa da sociabilidade (SIMMEL, 2006) –, e na participação em eventos culturais promovidos na cidade. Eventos que acontecem nos arredores do Mercado Central, tais como: Festival Internacional de

Música – SESC (Serviço Social de Comércio), em janeiro; um anexo da Feira Nacional do Doce (FENADOCE), em junho; Festival de Inverno de Pelotas, em agosto; Dia do Patrimônio Histórico, em agosto; Pelotas Jazz Festival, em novembro; Carnaval, em fevereiro, entre outros; também a concentração das manifestações políticas.

**Figura 1:** Largo do Mercado Central de Pelotas: porta principal, restaurantes e mesas ao ar livre.



**Fonte:** Foto créditos da autora em 10.10.2020

Na perspectiva poética de Write (2002), a observação dessas imagens mostra o espaço central do Mercado que reúne o que é permanente e efêmero. O espaço físico de 84 bancas funciona lojas internas com produtos orgânicos e naturais, onde são comercializadas as verduras, as frutas, os grãos; em outras lojas, erva mate, vinhos e queijos, doces, café. (Figura 2). Ainda, internamente, localizam-se as lojas de artesanato e vimes, uma esmaltaria (com manicure); quatro praças de convivência, e dois banheiros. Na lateral externa do Mercado, a oeste, estão as bancas de peixes e carnes, e ainda a leste/oeste, encontram-se as cervejarias, os restaurantes, as pastelarias, as cafeterias; no lado sul, barbearias, e um depósito (antigo banheiro do mercado). Ao norte, na frente do Mercado Central, estão os restaurantes.

**Figura 2:** Corredor interno com acesso as lojas de produtos alimentícios, artesanais e iguarias do Mercado Central de Pelotas.



**Fonte:** Foto créditos da autora em 10.10.2020.

Nas quintas-feiras à tarde na praça do Mercado Central ocorre a feira ecológica com produtos da agricultura familiar da região de Pelotas, tais como: verduras, frutas, legumes, pães, doces, ovos, grãos, queijos, mel, geleias, etc. Nos sábados, é a vez do mercado das pulgas (objetos antigos e quinquilharias), da venda de livros e revistas usados, e de móveis rústicos. E a roda de samba que voltou a acontecer numa das praças internas do Mercado. (MORAES, 2017; XAVIER, 2017).

Enfim o movimento é intenso e fugidio, efêmero, com visitantes de outras cidades, moradores permanentes e pessoas que vêm para a cidade a passeio, ou em busca ou realização de trabalho, de estudo, de consumo. Casualmente ou não, elas se encontram no signo de referência da cidade - o Mercado Central -, para expressar o lúdico, para o ato político e cultural, o lazer.

Certamente esse lugar marcado pelo uso multifuncional, em voga na contemporaneidade, contrasta com o destino econômico mercantil originário que orientou o projeto de construção de uma sede comercial para sortidos produtos alimentícios e bens de consumo não duráveis na década de 40 do século XIX, em Pelotas.

## **2. A HISTORICIDADE DAS RELAÇÕES NO ANTIGO MERCADO CENTRAL DE PELOTAS**

A descrição da “multifuncionalidade” e “transfuncionalidade” (LEFEBVRE, 2001; 2008) do atual Mercado Central escapa ao destino econômico originário datado a partir de 1846, quando da aprovação da compra de terreno para edificação do mercado central da cidade de Pelotas, emitida na Lei n. 11, de 8 de abril de 1846, pelo Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (SANTOS, 2014).

Essa lei deixara clara a responsabilidade financeira do Governo da Província em despender a quantia para compra do terreno e à Câmara Municipal de Pelotas realizar a compra deste, bem como adquirir empréstimo, que seria amortizado com os rendimentos do Mercado Central (SANTOS, 2014). O empréstimo cobriria despesas com a edificação da obra, contrato do arquiteto, compras de materiais para construção e pagamentos de trabalhadores livres. Quanto à mão de obra seria, provavelmente, garantida pelo recrutamento de escravos para execução da obra, fornecidos no período de entressafra das charqueadas (CARDOSO, 1977; GUTIERREZ, 1993). Conforme o recenseamento do ano de 1846, a zona urbana e rural de Pelotas compreendia uma população livre de 3.501 homens e 2.927 mulheres, totalizando 6.428. O censo de 1858, estratificou a população em 7.763 livres, 342 libertos e 4.787 escravos, um total de 12.893 habitantes; e, em 1872, pessoas livres e escravas eram 21.756. (FEE, 1981)

O terreno escolhido para a Praça do Mercado foi a “quadra entre as ruas São Miguel (Quinze de Novembro) e Flores (Andrade Neves)”, com frente lateral norte “à Praça da Regeneração (depois, D. Pedro II; atual Praça Pedro Osório) [...] e fundos para a Rua Martins Coelho (Tiradentes)” (SANTOS, 2014, p.20). Ainda se avizinhava ao já existente Teatro Sete de Abril (1834). Mais adiante, nos anos áureos de 70 do

mesmo século, o Mercado ficava próximo à Intendência de Pelotas e à Biblioteca Pública (1876), e demais casarões históricos que simbolicamente registravam a grandeza da cidade (MAGALHÃES, 1981). Esta experimentava avanços na economia local e regional que prosperava, entre as margens do Arroio Pelotas e o Canal de São Gonçalo, a norte e oeste de Pelotas (SOARES, FEE. s/d.), sob o regime hegemônico do comércio e matança de bois para indústria do charque, cuja produção era sustentada pela exploração de mão de obra escrava.

Em termos de morfologia urbana, como explicam Simon et al. (2003) e Soares (FEE. s/d.), os limites urbanos da Vila de São Francisco de Paula (1832- 1835), elevada à Cidade de Pelotas, em 27 de junho de 1835, - às margens do Canal São Gonçalo que liga, ao sul, as Lagoas dos Patos e Mirim -, se situavam a oeste, no Arroio Santa Bárbara, e a leste, na atual rua Almirante Barroso. O desenho inicial das ruas em xadrez predominava na orientação norte/sul, onde as ruas principais do comércio público e dos casarões seccionavam a cidade a leste/oeste. As ruas transversais, a leste ou oeste, abrigavam habitações de menor porte, sendo o comércio ali estabelecido considerado mais popular. Como mencionam Simon et al. (2003, p. 4),

Esta hierarquia das ruas norte/sul sobre as ruas leste/oeste, dava-se exatamente pela direção do escoamento das águas pluviais, como se pode constatar no artigo nº 63 do Código de Postura de 1834: ‘Sendo mais fácil o escoamento das águas da Vila de São Francisco de Paula pelas ruas que estão de leste ao oeste, conforme o nivelamento dos edifícios e a inclinação dos terrenos...’, pois a oeste situa-se a várzea do arroio Santa Bárbara e a leste a várzea do arroio Pepino.

A importância dos aspectos morfológicos desde os primórdios da formação do espaço social de Pelotas, vai ao encontro de mostrar que o tecido urbano foi construído, relativamente, no centro do circuito das águas. De modo que a localização da Praça do Mercado, ao sul, se aproximava das ruas principais ao norte da cidade.

Por outro lado, a construção advinha do interesse de diversificar a produção e o consumo local, de maneira que uma aglomeração comercial sediada na Praça do Mercado proporcionaria a venda de alimentos (carne verde, grãos, iguarias e demais produtos) e bens não duráveis (uma alfaiataria, por exemplo) para consumo dos cidadãos. Dado que no cenário da vida urbana persistia o comércio de produtos de primeira necessidade nos moldes do Brasil Colônia, ao ar livre em ruas alagadiças e sem calçamento, colado à opressão e maus tratos aos negros escravos ou libertos. Haja vista o comércio de frutas, verduras, legumes, grãos, farinhas, era até então, conforme Santos (2014, p. 19), “mantido por quitandeiras com pequenas barracas de madeira espalhadas [...] como feiras livres”, na Praça Pública (atual Praça José Bonifácio) da Igreja Matriz São Francisco de Paula, a cerca de 900 metros do terreno onde se estabeleceria o Mercado Central.

Supostamente, a Praça do Mercado abrigaria atividades de comércio nas mãos de pessoas que, segundo as leis do Império, gozassem da condição de liberdade de si mesma e administração de bens.

Consequentemente pessoas reconhecidas pela Lei n. 556, de 25 de junho de 1850<sup>2</sup>, pela qual se instituía o contrato de locação mercantil e industrial por pessoas livres e emancipadas. Embora essa lei se restringisse à vida urbana, não impedia o trabalho escravo no espaço rural (RIBEIRO, 2012).

Na leitura econômica, portanto, a edificação de um Mercado Central acompanhava a oportunidade de modernização da cidade de Pelotas com a emergência do setor de mercado interno e setor de subsistência (SINGER, 1977; HERRLEIN JR. FEE, s/d.). Em geral, o setor de mercado interno estimulou a produção e o comércio de derivados do setor exportador da indústria do charque e da pecuária, como: sebo, banha, velas, sabão, couros, cola. Também a produção de “caixas e recipientes para embalagens” desses produtos, como a “fábrica alemã de Pelotas”, do imigrante hamburguês, “senhor Eggers”, segundo relato do viajante Avé-Lallemant (1980, p. 410). No século posterior, em 1920, Pelotas contava com 82.294 habitantes, sendo que aproximadamente 22% estava ocupada em atividade agrícola, na produção de arroz, frutas, milho, batata, etc., bem como nos setores industrial e comercial. (FEE. 1981).

Dessa maneira, a dimensão econômica do desenvolvimento dependia da evolução urbana pela qual, como afirma Fernandes (1977, p.3), “emerge e se fortalece, lançando suas raízes nas potencialidades humanas das cidades e de suas áreas de dominância econômica, cultural e política, e alcançando em sua expansão todas as demais formas preexistentes da vida econômica.”.

Historicamente, a proposta de criação do Mercado Central de Pelotas se encaminha, após a Guerra dos Farrapos (1835-1845), ao encontro da necessidade de recuperação da economia local pelotense, em virtude de uma profunda crise da pecuária e da produção do charque. Desde os anos 30 do século XIX, as oscilações do preço do charque rio-grandense ancoravam-se em dois fatores principais: um, a concorrência uruguaia da indústria saladeril; outro, a política de cobrança de impostos do Império brasileiro. Estes fatores desestabilizavam a margem de lucro dos pecuaristas e charqueadores. (PESAVENTO, 1980; SILVA, 1979; VARGAS, J., 2014).

Portanto, o incentivo à diversificação produtiva e de consumo na região sul da Província possibilitaria o desenvolvimento do mercado interno e o aparecimento de novos sujeitos sociais, como produtores de bens não duráveis (velas, sebos, alfaiate, chapeleiro, embalagens etc.). Igualmente traria salvaguardas às vicissitudes econômicas da pecuária e do charque.

Nessa linha interpretativa, o projeto de construção da Praça do Mercado representava o símbolo da transformação econômica da cidade. Na avaliação de Santos (2014, p. 19),

A retomada do desenvolvimento da cidade coincide com a visita de D. Pedro II em fevereiro (1846), a primeira longa viagem do monarca pelo Sul, cujo roteiro incluiu Pelotas. Começava o Segundo Reinado, e o discurso marcado pelo desenvolvimento social e econômico contaminou Pelotas. Uma das primeiras decisões dessa retomada foi a de construir um edifício em sintonia com os novos tempos e apropriado para atividade comercial, até então restrita às tendas das quitandeiras. Na sua maioria escravas, conhecidas como “pretas minas” [...].

---

<sup>2</sup> BRASIL. Código Comercial do Império, de 1850.

Sobre esse aspecto é importante esclarecer que o termo “pretas minas” ou “negras minas” era nome dado a escravas de ganho (aluguel) ou alforriadas. Eram as quitandeiras que vendiam produtos como “mocotó, (...) pé de moleque, doce de batata, cocada, amendoim e ervas medicinais em cestos e tabuleiros” (SANTOS, 2014, p. 19) nas praças, para juntar o montante em dinheiro em prol de sua alforria. Como explica Pedro Vargas (2016), a expressão foi difundida pelo cronista Aquiles Porto Alegre, do *Jornal do Comércio*, no século XIX.<sup>3</sup>

Depois da compra do terreno do Mercado em junho de 1846, e início da construção em 1849, a Câmara Municipal levou seis anos para decidir “sobre os recursos orçamentários e editais de licitações para o projeto, compra de materiais, contratação de Serviços e leilão destinados à construção da Praça do Mercado de Pelotas” (SANTOS, 2014, p. 22). Entravavam a execução da obra, os conflitos gerados desde a escolha do projeto<sup>4</sup> até o custo da obra, com pedidos de esclarecimentos da parte do Governo da Província à Câmara sobre a aplicação do dinheiro solicitado.

Enquanto essas controvérsias perduraram, a quadra da futura Praça do Mercado ficou vazia e ociosa. Para ocupá-la com atividades geradoras de renda para o município, Santos (2014) relata a proposta de um vereador para transferência das quitandeiras da Praça da Igreja São Francisco de Paula, desde que elas pagassem uma módica quantia em dinheiro. O projeto foi aprovado na Câmara, porém, uma emenda desautorizava a cobrança dos (as) quitandeiros (as). No entanto, o deslocamento dos (as) quitandeiros (as) não prosperou em virtude da retomada das iniciativas voltadas para a construção do Mercado “com novos pedidos de empréstimo junto à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul” (SANTOS, 2014, p. 23).

Por fim, em 1853, o Mercado Central de Pelotas apresentava um edifício quadrado, com pé direito baixo, uma sólida e despojada construção de tipo militar, característico do tempo de recuperação econômica do pós-guerra farroupilha. Segundo Gutierrez (2017), o pátio central, onde foi instalada, no formato maciço em alvenaria, a torre do relógio, tinha acesso pelas esquinas; as laterais do prédio se destinavam às lojas do comércio formal e o largo do Mercado ao comércio informal. (Figura 3). A torre, além de adequada para mirante, “provavelmente, apoiava o sistema de roldanas e correntes destinados a retirar a água do interior da cisterna.” (GUTIERREZ, 2017, p. 190). O reservatório de água potável auxiliava a abastecer a população, haja vista que somente entre os anos de 1911 e 1914 foram executadas as obras de instalação da água encanada na cidade.

---

<sup>3</sup> Segundo Porto Alegre, “Mina refere-se ao litoral africano conhecido como Costa da Mina, no Golfo da Guiné, atuais Gana, Togo, Benin e Nigéria, onde, no período escravista, ficava a feitoria São Jorge da Mina.”. Pedro Vargas (2016) esclarece, respaldado na sua dissertação de mestrado (2011), “os africanos dessa região, nos séculos XVI e XVII, eram capturados pelos portugueses e entregues a tribos que os escravizavam. Em troca, os portugueses recebiam o metal ouro. Até o século XIX, o comércio de escravo continuou, embora o ouro tivesse se exaurido nessa região da costa oeste africana.”. Na contemporaneidade, a expressão “negras minas” tem o sentido figurado da autonomia da mulher negra conquistada por meio de seu trabalho e das permanências de sua cultura (VARGAS, P., 2016).

<sup>4</sup> O primeiro projeto da “praça do mercado” de 1846, foi de autoria do artista, arquiteto e caricaturista Rafael Mendes de Carvalho de Laguna (SC). O segundo de 1849, do arquiteto e fotógrafo Roberto Offer. “Essa proposta mesmo modificada (após ser considerada de um custo ‘exorbitante’ pela Câmara), demonstrou ser de grande qualidade.”. (MOURA e SCHLEE, 1998, p. 42).



A funcionalidade do Mercado compreendeu um espaço físico com 56 quartos para o comércio formal; a praça para as (os) quitandeiras (os) e os carros de aluguel e transportes de mercadorias, e para circulação de pessoas. Foi útil para o abastecimento de água potável na cidade, por meio da cisterna aberta no terreno para 900 pipas de água desde março de 1849. (SANTOS, 2014; GUTTIERREZ, 2017; MONQUELAT, 2017)

**Figura 3:** Mercado Central de Pelotas, anos após a inauguração de 1853.



Fonte: Cartão Postal da antiga Praça do Mercado. (Acervo de Eduardo Arriada). Disponível em <http://pelotasdeontem.blogspot.com/2017/03/o-ato-de-criacao-do-mercado-central-de.html> Acesso em 10 de maio de 2019.

No que tange ao aluguel do espaço disponível e ao comércio local, de acordo com o “relatório de prestação de contas da administração do Sr. Joaquim José Affonso Alves, Deputado Provincial [maçom]” (SANTOS, 2014, p.28), a Praça do Mercado contribuiu para o aumento da fonte de renda da cidade de Pelotas, somada a cobrança de imposto pelo abate de gado nas charqueadas. Conseqüentemente, em 1853, o Mercado Central contribuía para a elevação da receita municipal, ao mesmo tempo em que formalizava as relações do sistema mercantil introduzido pelo incipiente setor econômico interno e de subsistência em Pelotas.

### **3. CONVIVÊNCIA EM MEIO AOS ENCONTROS E DESENCONTROS DE MENTALIDADES**

Retorno ao tema das “pretas minas” para explanação dos episódios de conflitos fundados nas necessidades econômicas e nas percepções de diferentes atores que passaram a atuar na Praça do Mercado, desde a sua construção em 1849.

Adão Fernando Monquelat, livreiro, historiador e colecionador da história de Pelotas comenta, no *blog Pelotas de Ontem*, que o Mercado Central desde a sua construção até o tempo presente, tem sido cenário de ações cotidianas registradas na memória da cidade. Aqui, vale a pena reproduzir o comentário do pesquisador:

Nele [Mercado Central de Pelotas] se desenvolveram muitas cenas, desde grandes espetáculos públicos, quanto de violência e degradação humana. Em seu interior, bem como em seu entorno, ocorreram diversas cenas de barbárie. Foi ele palco de perseguições e capturas de escravos por parte de capitães do mato e soldados a soldo dos senhores de escravos, agressões a negros, escravos ou não, quitandeiras, pobres, prostitutas, boêmios e até mesmo viajantes estrangeiros, que ali procuraram abrigo junto às bancas do peixe nas noites frias ou por bebedeira. Também foi palco de contravenções e apreensões, por jogatina em suas bancas, tentativa de estupro em uma menor por parte de um de seus comerciantes, ou até mesmo ponto de cafetinagem.

Monquelat (2017) traz a público, no mesmo *Pelotas de Ontem*, quatro episódios retirados de jornais da época, circunscritos ao Mercado Central e aos atores envolvidos, dentre eles as quitandeiras - “pretas minas”, escravas alforriadas ou de ganho -, fiscais e frequentadores. Desses acontecimentos selecionei dois casos tragicômicos de perseguições, assédio e violência contra negros, sobretudo mulheres negras.

**1. “Atenção Sr. Subdelegado, estão bulindo com as quitandeiras no Mercado”**

O jornal *Onze de Junho* fora informado que na Praça do Mercado, cotidianamente, se davam cenas vergonhosas entre “algumas pretas quitandeiras e uns sujeitinhos dali, que se divertem à custa das infelizes”.

Ainda na véspera, seis de junho de 1883, uma daquelas pobres fora vítima da estupidez e grosseria de um indivíduo, que além de lhe comer parte da quitanda julgou-se com direito de esbofeteá-la.

E, como era de se esperar, a quitandeira não podendo apelar para a força muscular, recorreu à da língua, proferindo uma longa cantiga pouco adequada para lisonjear ouvidos acostumados ao lírico.

Tais cenas, dizia o jornalista, não eram de hoje.

Quem frequentasse o Mercado Público pela manhã, seguidamente presenciava cenas idênticas.

Até então havia muita tolerância para com aqueles fatos; mas, já era hora de reprimi-los.

**2. “Quando o macaco anda infeliz, não há galho que o agente”**

É o que achava o jornal *Rio-Grandense* com relação ao capitão Tibério, em sua edição de sete de julho de 1885, isto porque aquele domingo tinha sido um dia azarento “para esse herói”.

Logo pela manhã, no Mercado, sofrera ele um descabro terrível. O caso foi que Tibério, querendo exercer as funções de fiscal da Câmara, proibira que as quitandeiras falassem em voz alta; as filhas da África, não satisfeitas com a determinação deram-lhe uma vaia, que o obrigou a sair dali apressadamente; e tão apressadamente saiu que no portão que dava para a Rua São Miguel (atual XV de Novembro) esbarrou com “um pobre preto” que vendia mondongos, derrubando o vendedor e os mondongos no chão.

Essas narrativas ilustram alguns conflitos e, provavelmente, quanto mais ações se geraram na disputa pelo espaço da Praça do Mercado, mais as contendidas emergiam dos comerciantes, das (os) quitandeiras (os), dos transeuntes e dos fiscais da Câmara Municipal, entre eles próprios. Discussões que traziam no seu cerne preconceitos social, racial e de cor, embutidos na demanda de exclusividade do comércio de gêneros alimentícios *in natura*: carne verde, verduras, legumes, frutas, temperos etc. da parte dos comerciantes, permissionários de lojas alugadas do administrador, e mesmo da Câmara Municipal.

O conflito ganhava expressão no binômio comércio formal e informal, sob controle dos fiscais da Câmara; no primeiro, os agentes sociais eram os comerciantes das lojas internas do Mercado Central; no

segundo, os (as) quitanteiros (as) homens/mulheres pobres, livres ou escravo(as) de aluguel (Figura 4) que mercavam seus produtos na Praça do Mercado. Ambos agentes sociais buscavam assegurar rendimentos e *status* na sociedade pelotense, na qual as forças econômicas ainda gravitavam na figura dos charqueadores e pecuaristas, escravos e peões, dos comerciantes de charque, de gado e de produtos para as classes abastadas.

**Figura 4:** Quitanteiros (as) na Praça do Mercado de Pelotas, anos depois de 1853.



**Fonte:** Disponível em <http://pelotasdeontem.blogspot.com/2017/03/o-ato-de-criacao-do-mercado-central-de.html>  
Acesso em 10 de maio de 2019.

Em decorrência das atividades na Praça do Mercado, a contar da década de 50 do século XIX, foi incluído no Código de Posturas do Município da Cidade de Pelotas, do ano de 1834<sup>5</sup>, o “1º Regulamento da Praça do Mercado da Cidade de Pelotas”, editado em 1865, na Typographia do Commercio (MONQUELAT, 2017). O Regulamento tratava de um conjunto de regras voltadas a disciplinar a conduta dos comerciantes, dos negros, da circulação de animais, de carros, e demais pessoas, aos procedimentos com os animais, os alimentos, a higiene etc. Na série de seus artigos encontrava-se, como relata Monquelat (2017), o artigo n.15, que impunha limites ao direito de ir e vir dos negros.

Fica proibido andarem pretos de ganho [negros contratados ou alugados por dia ou tarefa, geralmente escravos] dentro da praça e os escravos que forem ali mandados por seus senhores às compras, não se deverão demorar além do tempo necessário para efetuá-las: o fiscal os mandará dispersar.

O artigo n. 16, também referido por Monquelat (2017), determinava o procedimento das pessoas que estivessem acompanhadas com animais:

Fica proibido entrarem pessoas a cavalo dentro da praça, bem como quaisquer animais, ainda mesmo puxados pela rédea, ou por outra qualquer coisa: também fica proibido amarrar-se nos portões. Os infratores serão multados em 6 réis, e o animal apreendido e posto em depósito até a satisfação da multa.

---

<sup>5</sup> De acordo com Simon et al., (2003), o Código de Posturas da Cidade de Pelotas, do ano de 1834, tratava de intervenções dentro dos limites urbanos da Vila de São Francisco de Paula, (1832-1835), depois elevada a Cidade de Pelotas, 27 de junho de 1835.

Em 1874, no entanto, Gutierrez (2017) menciona que a Câmara Municipal regulamentou a locação de carros de aluguel nas frentes leste e sul do edifício do Mercado Central, bem como em frente ao Teatro Sete de Abril, entre as ruas São Miguel (atual XV de Novembro) e Imperador (Félix da Cunha). Nestes dois logradouros se situavam o comércio para as classes abastadas. O transporte de passageiros e cargas se fazia mediante de pagamento por corridas. “Esses carros podiam ser carroças ou os conhecidos seges – coche com duas rodas e um só assento, fechado com cortinas na parte dianteira – ou ainda luxuosas carruagens.” (GUTIERREZ, 2017, p.190).

Já o artigo n. 17 do 1º Regulamento da Praça do Mercado da Cidade de Pelotas, informado por Monquelat (2017), tratava da proibição de reunião, festas e atos lúdicos do povo, dentro e fora do Mercado Central. “É absolutamente proibido todos e quaisquer ajuntamentos, tocatas, danças, jogos, palavras ofensivas à moral pública. Os infratores incorrerão nas multas do Artigo 77 do Código de Posturas do Município da Cidade de Pelotas” (MONQUELAT, 2017).

Em contraste ao art. 17, em alguns momentos a Câmara Municipal de Pelotas cedeu, sobretudo nos anos 70 do século XIX, a Praça do Mercado à recepção de artistas nacionais e estrangeiros que de passagem na cidade realizavam suas *performances* ao ar livre, como acrobatas, “levantadores de pesos, homens voadores ou homens-bala” (SANTOS, 2014, p.51, 63; GUTIERREZ, 2017, p. 190).

Por conseguinte, o cerceamento da liberdade de expressão cultural das camadas pobres e negras trazia à realidade a exclusão desses sujeitos sociais na participação da vida pública na cidade, embora estivessem incluídos nas relações econômicas da sociedade pelotense. Isso poderia configurar, desde essa época, o processo de gentrificação - o termo desenvolverei na próxima seção -, como fenômeno global inserido em diferentes cidades brasileira, as quais imitavam o projeto de expansão urbana das sociedades modernas, europeias e norte-americanas.

No que tange ao controle da higiene de laticínios, o leite passava pela inspeção do fiscal no Mercado Central, de sorte que, em 1881, “os leiteiros foram obrigados a comparecer diariamente ao Mercado, antes de darem começo à venda do leite pelas ruas, a fim de que o respectivo fiscal procedesse ao necessário exame” (GUTIERREZ, 2017, p.190); e com horários determinados pela Câmara, “no verão, até às 6 horas e, no inverno, até às 8 horas da manhã”, ainda esclarece Gutierrez.

De 1911 a 1914, o prédio do Mercado Central passou por uma reforma, sob a batuta do arquiteto Manoel Barbosa Assunção, de Itaqui (SANTOS, 2014). A execução do projeto levou a uma transformação das características formais e funcionais da obra anterior. Então, “os acessos principais foram deslocados; o pátio central foi cortado por um grande sistema de circulação em cruz (composto por 44 quartos e 40 bancas internas); as fachadas foram completamente modificadas”, com a elevação de quatro torreões adornados, “e a torre do relógio [de alvenaria] foi substituída por outra, de ferro, trazida da Alemanha” (MOURA e SCHLEE, 1998, p.41; GUTIERREZ, 2017, p. 191). A nova torre do relógio do Mercado Central alojava “um reservatório de água (potável) para três mil litros, instalado abaixo do relógio” (SANTOS, 2014, p. 93).

O valor artístico da torre de 30 metros de altura é, ainda hoje, reconhecido e visível no seu estilo *Art Nouveau* e na estrutura semelhante à Torre Eiffel parisiense (SANTOS, 2014), onde

O relógio de marca suíça Zenith iluminava a noite. Os mostradores com as quatro faces, voltadas para os pontos cardeais eram de porcelana branca com caracteres azuis, emprestando um charme extra à paisagem urbana. A corda do relógio durava oito dias e o aparelho anunciava as horas a cada 15 minutos, com badaladas de dois sinos de bronze. (...) Acima dele, uma ventoinha de 3,5 metros passou a sustentar uma estátua de latão no topo, representando Mercúrio, o deus do comércio, fixado em um para-raios (SANTOS, 2014, p. 94).

O embelezamento do Mercado Central de Pelotas se completava com a substituição das velhas bancas de madeira para verduras, frutas, peixes e carnes, por cimento armado e tampos de mármore, assegurando maior asseio e higiene. As instalações de água encanada, esgoto e luz faziam parte do plano de obras sanitárias na cidade<sup>6</sup> (ALMANACH DE PELOTAS, 1914). No lado sul do Mercado, entre os anos de 1914 e 1915, após a construção de um banheiro, foi instalado um chuveiro (GUTIERREZ, 2017). No grande pátio, as feiras livres continuavam a registrar a popularidade do Mercado, o comércio informal mantinha traços de pessoalidade que nas relações entre vendedores e compradores de mercadorias remontavam a tradição do comércio exercido pelas (os) quitandeiras(os).

#### 4. CONVIVÊNCIAS E *GENTRIFICAÇÃO* NO ESPAÇO URBANO

Muitos acontecimentos sucederam com a estruturação urbana de Pelotas pela qual evoca a modernização da cidade nas décadas de 10 e 20 do século passado. A Praça do Mercado acompanhou esse movimento com a reforma do espaço físico e embelezamento que reafirmaram as características funcionais para o comércio. Também o estabelecimento de indústrias de cerveja, têxtil, chapéus, e outras, a instalação de frigorífico de carne alimentaram o desenvolvimento econômico da região, bem como a diversificação agrícola com produção de arroz, frutas, enfim as atividades comerciais e bancárias.

Passado esse período de grandeza da cidade, nos anos 60, mais precisamente depois do grande incêndio em 1969, o Mercado Central de Pelotas foi reconstruído sob severas dificuldades para preservar as características do prédio histórico e a sua função de Mercado na área central da cidade. A degradação do prédio público e das cercanias incitou a expectativa dos agentes imobiliários e da construção civil, e demais empreendedores na afirmação da proposta de modernização da área central da cidade.

---

<sup>6</sup> Nos primeiros dois anos da gestão do intendente Cypriano de Barcellos (1912-1920) avançaram as obras de encanamento de água e esgoto na cidade. Segundo Almanach. (1914, p. 228), “As galerias de esgotos e o grande túnel da Rua Conde de Porto Alegre (a oeste da cidade de Pelotas) estão adiantadíssimos, assim como os ramais, devendo em breve serem iniciadas as instalações domiciliares nas vastas zonas já servidas” A empreitada da linha do esgoto vinha acompanhada do serviço de água ligado à adutora do arroio Moreira. Como acrescenta o Almanach, “o que proporciona ao povo um abastecimento dez vezes maior do que o anterior (do Contrato de Encanamento D’Água Potável de Poços Artesianos, de 2 de janeiro de 1867, Lei Provincial N. 592). Na linha do arroio Quilombo, as obras da represa e reservatório vão numa marcha acelerada, faltando poucos quilômetros para assentamento dos canos.”.

Inúmeras discussões foram travadas entre políticos, empresários e construtores favoráveis à demolição do Mercado Central, e os sujeitos sociais não favoráveis: prefeito, políticos, intelectuais, professores, permissionários das lojas do Mercado, frequentadores etc. Os que defendiam a demolição almejavam dar lugar à construção de um prédio em estilo modernista<sup>7</sup> que abrigaria um centro administrativo e repartição pública, conforme o desenho de expansão urbana concebido no 1º Plano Diretor de Pelotas, de 1968. (SANTOS, 2014).

A tentativa de destruição do prédio do Mercado Central abalava a possibilidade de recuperação urbanística do próprio Mercado pelo poder público municipal. Também a situação de abandono de seu entorno poluído pela quantidade de veículos individuais e coletivos que transitavam no centro da cidade, impressionava a tradicional relação entre frequentadores e comerciantes (permissionários) construída no cotidiano e na longa história da Praça do Mercado.

Além disso, o projeto de modernização desintegraria a área nos seus arredores com a ameaça de demolição dos casarões edificadas no apogeu econômico e cultural do século XIX, e no correr dos anos 10 e 20 do século posterior. Para abrir espaço a modernas vias de transporte individual e coletivo, e construção de prédios altos, conforme o 1º Plano Diretor de Pelotas. Neste, o conceito de reestruturação urbana mudaria a paisagem local e previa a descentralização do comércio nos bairros abastecidos por supermercados, *shopping*, pequeno comércio, feiras livres (SANTOS, 2014; SANTA CATHARINA, 2012; SPOSITO, 2013). Igualmente trazia a oportunidade de investimento para o capital imobiliário e comercial na área central de Pelotas, com a oferta de bens imóveis às camadas sociais de maior poder aquisitivo. A expectativa dos agentes do mercado imobiliário e administradores públicos e privados era, portanto, de criar novas iniciativas de territorialização nos espaços mais nobres da cidade.

Esse processo pode ser entendido, segundo Harvey (1992), como o fenômeno de *gentrification*, ou "enobrecimento", quando as áreas centrais da cidade são remodeladas e passam a ser habitadas ou utilizadas por grupos sociais mais ricos. Trata-se da tendência a promover novos enclaves residenciais com a expulsão de moradores – sejam de classes econômicas estagnadas, de baixa renda ou de origem étnica ou racial distinta daquela dos novos proprietários. Historicamente, esse fenômeno originado pela renovação urbana, compreende, também, uma prática generalizada por demandas de comunicação: viadutos, alargamento de ruas para o transporte individual e coletivo no centro e arredores da cidade.

O geógrafo crítico norte-americano, Neil Smith (2012) também compreende esse processo econômico e político de promoção do enobrecimento de áreas urbanas sob o nome de "gentrificação". O efeito nas cidades é a substituição de antigos moradores e frequentadores de determinados locais, em geral discriminados por sua condição social, racial, étnica, econômica, classificada como inferior ou estagnada pelos novos estratos sociais de classe média e alta.

---

<sup>7</sup> A tendência de estilo arquitetônico das edificações em linhas retas e funcionais integradas à paisagem limpa, sintética e racional contemplava o urbanismo moderno, inaugurado por Le Corbusier, na Suíça, no final dos anos 20 do século XX. Essa concepção de planejamento urbano se difundiu, mundialmente, por meio de vários Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs). (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 1992).

Nessa linha teórica de Smith, o termo *gentrificação* é concebido “como sinônimo de um processo que tem como traços fundamentais a retomada de investimentos em centros urbanos que passaram por períodos prolongados de decadência e a alteração do perfil socioeconômico desses lugares”, conforme observa Pereira (2014, p. 308-309).

Assim, os anos sessenta e setenta do século passado, no Brasil, o planejamento urbano e a legislação urbanística são os novos agentes responsáveis pela sistematização de políticas urbanas expressa nos planos diretores, em resposta à reestruturação das economias nacionais e urbanas. Como fenômeno global, a *gentrificação* desponta em diferentes países, em territórios nacionais e regionais, onde o *locus* de realização dos investimentos é a cidade. O que faz da *gentrificação* um problema global que somente muda de lugar, de território. Esse processo desdobra do “novo urbanismo” que, segundo Smith (2012, p. 38),

Desde os anos setenta, este novo urbanismo encarna uma extensiva e drástica volta da polarização das dimensões políticas, econômicas, culturais e geográficas da cidade, também integradas a grandes mudanças globais. A *gentrificação*, que começou a se desdobrar de forma sistemática desde as décadas de 1960 a 1970, simultaneamente foi uma resposta e uma contribuição a uma série de transformações globais mais amplas: expansão econômica global dos anos oitenta; a reestruturação das economias nacionais e urbanas dos países desenvolvidos para o setor de serviços, o ócio e o consumo (...). Essas mudanças têm endossado a passagem da *gentrificação* de ser uma preocupação relativamente marginal em certo nicho da indústria imobiliária, a converter-se na vanguarda da transformação urbana. (Tradução e grifos da autora).

Por fim, os autores Lefebvre (2008), Harvey (1992) e Smith (2012) ressaltam que, no limiar dos anos 70, o urbanismo modernista foi substituído por um novo urbanismo no qual sobretudo os interesses privatistas do mercado financeiro, imobiliários e de proprietários voltam seus recursos para investir nas cidades. De maneira que promovem a descentralização espacial com a extensão do tecido urbano do centro à periferia da cidade, para produção de aglomerados residenciais, construção de vias equipadas, centro comercial e lazer. Sposito (2013), entende esse processo de descentralização enquanto reprodução de novas formas de centralidade, pelo qual o capital cria áreas de concentração (como shoppings) e sub-centros de serviços, comércio e moradias, desde que propiciem a margem de lucro por meio da valorização do solo e do empreendimento da obra.

De volta ao caso do Mercado Central de Pelotas, em meio ao embate, em 1969, entre preservacionistas dos valores histórico e cultural das edificações integrantes da tradicional paisagem urbana e a visão “desenvolvimentista ou modernizante”, salvou-se o Mercado da destruição, uma vez reedificado e, em 21 de fevereiro de 1970, reinaugurado.

Pode-se considerar, como afirma Meira (2019, p. 27-28), tratando-se de patrimônio cultural, que “a dicotomia entre preservar ou demolir remete ao dilema entre passado e futuro, e pressupõe uma consciência da temporalidade que reflete as relações do homem com a sua história”. Nessa linha de pensamento, acrescento que a escolha pela preservação do Mercado Central acendia a utopia que alimentava o movimento

dos cidadãos, a mostrar que seria possível colocar à prova a indiferença dos empreendedores para com o patrimônio comum, portanto, de valor cultural e histórico para toda a coletividade.

Tal oposição dos preservacionistas denunciava que por trás do discurso de “desenvolvimento e modernização”, os grandes grupos econômicos eclipsavam a dimensão histórica das relações e o valor simbólico dos signos urbanos gravados na memória das pessoas como patrimônio comum. Cabe questionar: que utopia é essa? Na sequência deste debate, na próxima seção, retomarei esta questão.

Convém ratificar que a intervenção urbana que incidiu na reconstrução do Mercado Central de Pelotas, após o incêndio de 1969, não foi neutra. Ela respondeu aos anseios da mobilização popular e da aliança entre setores do capital comercial e do poder municipal de Pelotas com o governo rio-grandense.

## **5. PONTES ENTRE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL**

Provavelmente, as mesmas forças sociais e políticas que resistiram à demolição do Mercado Central, contribuíram para outra iniciativa da municipalidade, de conceder o *status* de patrimônio cultural de interesse público de Pelotas. Por meio do decreto municipal de tombamento do prédio do Mercado Central, aprovado e assinado em 4 de maio de 1985. Somava-se a essa vontade política, o eventual tombamento “de dezenas de prédios históricos salvos ao serem incluídos (dois anos depois do tombamento do Mercado), numa listagem [...] do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural (COMPHIC)” (SANTOS, 2014, p.125).

Em razão das comemorações dos 150 anos do Mercado Central de Pelotas, em 1998, a municipalidade passou a executar o projeto de renovação da fachada e de remoção do comércio ambulante e do abrigo de ônibus no entorno do Mercado. Tal projeto levou a cabo a recuperação de quatro jardins internos e da torre do relógio, de ferro; ainda, “uma das mudanças previstas foi a reconstrução do largo com mosaicos feitos com pedras portuguesas, *petit-pavé* (pequeno calçamento), que a partir dos anos 1920 passara a embelezar refúgios e praças da cidade” (SANTOS, 2014, p.127).

Em 2001, na gestão municipal de 2001-2004, Pelotas, em virtude do *status* de cidade histórica, ganha lugar no *Monumenta*, um programa estratégico do Governo Federal, implantado pelo Ministério da Cultura.<sup>8</sup> (IPHAN, 2006; PELOTAS, SECRETARIA DE CULTURA, s/d).

A ponte entre recuperação e preservação consolidava-se desde a fase inicial do Programa *Monumenta*, a qual unia a recuperação do sítio histórico central, de acordo com a aprovação do tombamento de Casarões, prédios e monumentos pelo Conselho Consultivo do IPHAN, com a preservação do “patrimônio cultural de valor histórico e artístico”. Os significados deste patrimônio, como argumenta Meira (2019, p. 105) “mudam com o tempo e com o lugar, e não existe fora do campo das representações.

---

<sup>8</sup> Os recursos do *Monumenta* provinham do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com parceria técnica da UNESCO.



Preserva-se o patrimônio porque ele é portador de referências para os grupos sociais na atualidade e para as futuras gerações.”

Com essa concepção foram recuperados os prédios no entorno da Praça Pedro Osório: “Teatro Sete de Abril, a Casa da Banha, o Grande Hotel, a Biblioteca Pública de Pelotas, a sede da Prefeitura Municipal, o Mercado Público, a Secretaria de Finanças e outras casas que foram tombadas pelo IPHAE<sup>9</sup> ou pela Prefeitura Municipal de Pelotas.”(MEIRA, 2019, p. 105). Na mesma lista foram incluídos os Casarões 2, 6 e 8, e o restauro do chafariz Fonte das Nereidas, o Beco das Artes, dos Doces e das Frutas.<sup>10</sup>

A arquiteta e professora Meira, Superintendente do IPHAN - seção Rio Grande do Sul (2003-2013), salienta que a preservação desse conjunto de casarões e sobrados oferece um ecletismo de estilos arquitetônicos, um dos mais importantes do Brasil, com significativo valor sociocultural.

As obras de recuperação e preservação do Mercado, materializadas pelo *Monumenta*, se estenderam de 2006 a 2012, sendo que no período de 2009-2012 o Mercado Central esteve fechado para o término da obra. Após a execução, o IPHAN (2012) declara

A reinauguração do Mercado encerra o ciclo de ações do Programa Monumenta, na busca pela modernização e pelo suprimento das novas demandas, que envolvem a rede elétrica, lógica, de gás e hidrossanitária. Com o fim dos trabalhos em Pelotas, - com nove obras na cidade e sete intervenções em imóveis privados – o Centro Histórico de Pelotas colhe os frutos da conservação e revitalização da área, como a melhora no espaço urbano e a qualidade de vida local.

O ato de reinauguração ocorreu em 20 de dezembro de 2012, quando o prédio reformado foi entregue à municipalidade pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional, seção Rio Grande do Sul (IPHAN-RS, 2012).

## 6. PRESERVAR OU DESTRUIR: QUE UTOPIA É ESSA?

Foi demonstrado, empiricamente, o embate preservar ou destruir pelo qual a recuperação do Mercado Central de Pelotas venceu à ameaça de demolição. Cabe recolocar o questionamento anteriormente lançado: que utopia é esta?

Embora a utopia possa estar presente no projeto modernista dos anos 60 e 70 do século XX (HARVEY, 1992; SMITH, 2012; LEFEBVRE, 2001) o qual influenciaria a derrubada do prédio do Mercado Central, a utopia da preservação - que me refiro - compreende a luta de grupos sociais cujas ações se inclinam a recriar o sentido do lugar no espaço urbano por meio do resgate da própria historicidade coletiva.

---

<sup>9</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual.

<sup>10</sup> O Programa Monumenta, em Pelotas, investiu os seguintes recursos para as obras: “da Fonte das Nereidas (R\$ 147 mil); Praça Coronel Osório e entorno (Beco das Artes, Beco dos Doces e das Frutas e Largo Mercado – R\$ 1,5 milhão); Casa nº 02 da Praça Coronel Osório (R\$ 503 mil); Paço Municipal (R\$ 493 mil); Exterior (R\$ 658 mil), interior (R\$ 1,6 milhão) e desapropriação do Grande Hotel (R\$ 946 mil).” (IPHAN, 2012).

O desafio é, agora, a interpretação da utopia que emerge, desde a dialética entre preservação e destruição, como resultado da oposição e da contradição no seio dos movimentos que confrontam diferentes representações de mundo. Mais adiante recorro à variação da categoria de *topos*, isotopia, heterotopia e utopia em Lefebvre (2001; 2008) para sustentar essa proposição.

O sociólogo Robert Park (1967) define a cidade produzida por um movimento dialético da relação indivíduo e sociedade pelo qual a intenção e o desejo do homem produzem a cidade, *pari passu* “o mundo no qual ele está desde então condenado a viver. Assim, pois, indiretamente e sem nenhuma consciência clara da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem se tem criado a si mesmo” (PARK, 1967, p.3, apud HARVEY, 2013, p. 20). A propositiva de Park é alvo da reflexão de David Harvey, pela qual busca descortinar os argumentos de Henri Lefebvre acerca do direito à cidade.

Para Harvey, a questão suscitada por Park “de que o tipo de cidade que queremos não pode separar-se do tipo de pessoas que queremos ser”, bem como não está descolada de “o tipo de relações sociais que pretendemos, as relações com a natureza que apreciamos, o estilo de vida que desejamos e os valores estéticos que respeitamos” (HARVEY, 2013, p.20). Consequentemente, o direito à cidade, continua Harvey, “é muito mais que um direito de acesso individual ou coletivo aos recursos que esta (a cidade) armazena ou protege; é um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com nossos desejos.”. Mais que isso, porém, “o direito é mais coletivo do que individual, haja vista que a reinvenção da cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização” (HARVEY, 2013, p.20). O poder coletivo reclama por liberdade para fazer e refazer “a nós mesmos e a nossas cidades”, observa o geógrafo.

Não obstante, Harvey (2007; 2013) questiona como é possível almejar a liberdade se no mundo capitalista a liberdade coletiva esbarra na concentração geográfica e social para gerar um excedente de produção apropriado por poucos; no âmbito da divisão entre classes necessária à extração do excedente de uma coletividade, *pari passu* o controle sobre o uso e a troca das mercadorias soe pertencer a uns poucos.

A produção de excedente incessante necessita da expansão de mercados para escoar e circular as mercadorias, e a criação de meios técnicos (estradas, portos, edificações, transporte, saneamento, habitações, eletricidade, comunicação, planejamento e outros) e de população no espaço urbano para viabilizar a reprodução ampliada do capital. O capitalismo e a urbanização são uma via de mão dupla, a expansão do capitalismo dá-se, concomitantemente, à urbanização do território, e a urbanização necessita de parte do excedente da riqueza a fim de propiciar investimentos em bens transformados em mercadorias: terra, habitação, saneamento, transporte, comunicação etc. (MARX, 2011; ENGELS, 2008; HARVEY, 2007).

Contudo, o mundo das mercadorias ancora-se estrutural e ideologicamente no desenvolvimento desigual intrínseco à “concentração de riqueza, privilégios e consumismo em quase todas as cidades do mundo” (HARVEY, 2013, p. 21), e o abandono da maioria da população à pobreza e miséria, desprovida de meios dignos para viver. Assim, “Reclamar o direito à cidade [...] supõe reivindicar algum tipo de poder configurador do processo de urbanização sobre a forma em que se fazem e refazem nossas cidades, e fazê-lo de um modo fundamental e radical”, conclui Harvey.

Supostamente, o citado “modo fundamental e radical” (HARVEY, 2013, p.21) de fazer e refazer nossas cidades pode estar na intersecção da “isotopia” e da “heterotopia”, onde se encontra a “utopia” - o espaço vazio, concentrado -, no qual se faz emergir os movimentos sociais que reivindicam um “tipo de poder configurador do processo de urbanização”, e a transformação social do cotidiano.

Lefebvre (2008, p.117) desenvolve essas três categorias articuladas à forma geral do urbano. Esta forma compreende o espaço diferencial, contínuo e descontínuo de “interações” e “estratégias” atinentes a sucessos e fracassos gerados pelos “agentes” ou “atores” sociais, e os “sujeitos coletivos”, classes e frações de classes, bem como instituições. Embora a prevalência da condição de classe não seja o suficiente para classificar o conflito dos que “agem uns com e contra os outros” em referência a Simmel (2006). Lefebvre entende que a forma geral urbana engloba as diferenças múltiplas, reunindo-as em “topias”, lugares próximos e distantes no espaço.

As isotopias abrangem as “partes comparáveis do espaço que se expressam e se leem (nos planos, nos percursos, nas imagens mais ou menos elaboradas pelos “sujeitos”) de modo que se possa aproximá-las.”; como “lugares do mesmo, mesmos lugares”, como são identificadas por Lefebvre (2008, p.117) nos “espaços produzidos pelo racionalismo de Estado: grandes linhas retas, avenidas largas, vazios, perspectivas amplas, ocupação do solo fazendo tábula rasa do precedente, sem observar os direitos e os interesses dos “de baixo”, nem os custos” (LEFEBVRE, 2008, p. 117).

As “heterotopias: o outro lugar e o lugar do outro, ao mesmo tempo excluído e imbricado”, espaço segregado ou segmentado que se integra por meio de “lugares dinâmicos”, como ruas, praças, avenidas, que costuram ou separam partes contrastantes do espaço com a superposição de funções diferentes e multifuncionalidades como vias de passagem, comércio, lazeres (LEFEBVRE, 2008, p.117-118).

Para conceber a diferença “isotopia-heterotopia”, Lefebvre recorre à formação histórica da França a fim de demonstrar as características heterotópicas nos arredores à cidade, na longa duração do século XVI ao XIX, quando paulatinamente o campo é invadido pelo tecido social citadino.

Durante esse mesmo período, os *faubourgs* conservam um caráter fortemente marcado pela heterotopia: populações de origens diversas, caixeiros-viajantes e salteadores, empregados do comércio, seminômades condenados a se estabelecerem fora das muralhas da cidade, um pouco suspeitos, sacrificados em caso de guerra – longas vias mal equipadas, espaços ambíguos. Porém, logo a cidade incorpora esses *faubourgs*, os assimila anexando-os a seus bairros ativos, dos comerciantes e artesãos. Assim formou-se a aglomeração urbana, forte unidade popular cimentada pelas lutas contra o Estado monárquico. Foi preciso a época burguesa para que o movimento inverso nascesse: a expulsão dos elementos populares do centro para as heterotopias periféricas ainda rurais, transformadas desde então em “subúrbios”, receptáculos do *habitat*, dotados de uma isotopia particularmente bem legível. Desse modo, a heterotopia corresponde, mas apenas em certa medida, à *anomia* dos sociólogos. Os grupos anômicos produzem espaços heterotópicos, cedo ou tarde capturados pela *práxis* dominante. (LEFEBVRE, 2008, p. 118).

Em que pese a pertinência do uso geral das categorias isotopia e heterotopia para interpretar a evolução urbana, na formação histórica do Brasil — ao inverso da França —, as relações sociais e econômicas da zona rural - fornecedora de produtos para exportação -, prevaleciam sobre a cidade edificada para ser o *locus* do controle administrativo, político e ideológico do excedente gerado pelo campo (SINGER, 1985; 1977).

De maneira que o objetivo da construção da Praça de Mercado de Pelotas, em 1846, a contrapelo do sentido da formação colonial brasileira, viria a atender as atividades comerciais de vendas produtos locais para o mercado interno e de subsistência. Na localidade escolhida — nos arrabaldes da cidade onde no terreno descampado sem vias de acesso equipadas — se instituiu a centralidade do futuro Mercado Central que atrairia populações de origem sociais diversas: comerciantes, quitandeiros (as), os escravos de aluguel ou alforriados, homens pobres e livre, consumidores, imigrantes, caixeiros-viajantes que atendiam as classes abastadas nas ruas principais da cidade, e desocupados.

Como foi demonstrado na seção Convivência em meio aos encontros e desencontros de mentalidades, pode-se interpretar a heterotopia com a variedade de relações sociais que integram a aglomeração urbana sob domínio das práticas isotópica. Nesta, a racionalidade das leis, dos códigos de postura, da morfologia urbana constitui o tecido social, de sorte que a forma urbana na sociedade moderna inclui a população por meio do investimento e acesso a habitat, estradas, água e esgoto, consumo, trabalho, porém exclui as reais necessidades dos mais pobres.

Portanto o espaço urbano centraliza as formas de interação e estratégias de agentes ou atores, sujeitos sociais, como classes e frações de classes, assim como instituições (LEFEBVRE, 2008). É nele que alguma coisa acontece. Tais relações dinâmicas animam a convivências das pessoas, bem como o conflito de necessidades, de interesses que se manifestam ou se agonizam, se apagam no cotidiano.

O outro elemento da forma urbana é a “utopia”, “o não-lugar, o lugar daquilo que não acontece e não tem lugar, o lugar do alhures” (LEFEBVRE, 2008, p.118). Contudo o espaço urbano reúne, enquanto centralidade, o igual e o diferente, os conflitos, consensos e as contradições, na forma de utopia mesmo que não apareça “legível nem visível”. Ela está ali na contradição entre acontecimentos reais plenos de conteúdos e sentidos, e no esvaziamento com a exclusão das diferenças. Como discute Lefebvre (2008, p. 120),

A utopia é tão necessária quanto a isotopia e a heterotopia. Ela está em toda parte e em parte alguma. Transcendência do desejo e do poder, imanência do povo, simbolismo e imaginário presentes em toda parte, visão racional e sonhadora da centralidade acumulando nesse lugar as riquezas e os gestos humanos, presença-ausência, exigência de uma presença jamais alcançada, estas são, também, características do espaço diferencial.

Na interpretação de Lefebvre (2008), a utopia é o lugar naturalizado, conseqüentemente, não visibilizado, porém, concebido e imaginado. Lugar de uma consciência da totalidade, embora fragmentada na obra — do poeta, do literato, dos planejadores, dos cidadãos, dos trabalhadores, construtores, produtores

— daqueles que buscam inverter os limites racionais do utilitarismo mercantil e financeiro, para “fazer e refazer” (PARK, 1967; HARVEY, 2013) a historicidade do espaço reconstruído. Historicidade marcada por particularidades ainda sobreviventes, restabelecidas com outro significado. Embora nem todos partam do mesmo lugar da consciência quando se pensa a cidade.

Isto posto, o efeito da resistência dos cidadãos de Pelotas em oposição às forças do mercado imobiliário na época, tornou possível a recuperação e preservação do Mercado Central, após o incêndio em 1969. Neste episódio, a utopia compreendeu o resgate da historicidade do lugar pelos sujeitos sociais que, como o pássaro fênix - da mitologia grega -, simbolicamente ressurgiu das cinzas. Igualmente deu oportunidade a sucessivas ações em favor do tombamento do prédio e a última restauração.

Ou seja, a utopia é o vazio sobreposto pelas formas urbanas isotópicas e heterotópicas. Nas palavras de Lefebvre (2008, p. 119), “a utopia, já presente, virtualidade esclarecedora, absorveria e metamorfosearia as topias.”

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na linguagem lefebvriana, o espaço urbano possui uma centralidade que atrai a ação virtual e real, transformações e permanências, consensos e dissensos, hierarquias, fragmentação, deslocamento e concentração da população, de pessoas, objetos, rituais, ocupação e uso do solo etc. De modo que para compreensão do espaço urbano enquanto fenômeno, uma gama de leituras de diferentes campos de conhecimentos - a exemplo da sociologia, geografia, política, antropologia, economia, história, arquitetura, literatura, e outras - pode auxiliar na observação, descrição e interpretação da dinâmica das cidades.

Nestes termos, o Mercado Central de Pelotas é o símbolo que condensa a noção de centralidade do fenômeno urbano, dada a importância histórica de formação de um centro comercial popular com desdobramento na ocupação e nas atividades do seu entorno. A história do Mercado Central demonstra, desde as particularidades locais e regionais da economia e política no passado, que as tomadas de decisão sobre a escolha da localização, a construção, a funcionalidade e a dinâmica do Mercado Central envolveram uma ampla participação, direta ou indiretamente, de sujeitos sociais atuantes na vida urbana e rural de Pelotas. Políticos, fiscais, comerciantes (permissionários), consumidores, trabalhadores (as) pobres e livres, escravos (as) alforriados(as) ou de aluguel, imigrantes e transeuntes constituíam os atores presentes no cotidiano da Praça do Mercado

Desde a inauguração em 1853 até o final do século XIX, o desafio econômico estava posto na realização de um espaço para atividades econômicas com vocação para medrar o incipiente comércio e produção para o mercado interno de Pelotas e da região, bem como o setor de subsistência. Contribuiria para a diversificação econômica em contraste com a prática dominante do setor exportador da indústria do charque, da pecuária e do abate de gado, calcado na exploração do trabalho escravo.

Na análise em torno dos embates de longa duração, desde a sua construção (1849-1853), reforma (1911-1914), tentativa de demolição (1968-1969), reconstrução (1969-1970), até, mais recentemente, a restauração e preservação do Mercado Central (2006-2012), foi possível apreender algumas disputas de interesses e estratégias de diferentes sujeitos sociais. Tais controvérsias resultaram em firmar o Mercado Central e seu entorno - ruas Andrade Neves e Tiradentes, a oeste e a sul -, com um tipo de comércio formal de porte pequeno e médio destinado ao público popular. Também o embelezamento da quadra da Praça Pedro Osório, com seus casarões e sobrados, veio acompanhado com o do Mercado Central e adjacências.

Nos dias atuais, o Mercado Central é reconhecido como o lugar cuja função econômica e cultural se transfigura como um incessante “*turn over*” de usos, atividades e público. Tornou-se o espaço social multifuncional, polivalente e transfuncional, (LEFEBVRE, 2001; 2008) pelo qual segue a tendência do novo urbanismo e da reestrutura econômica do capital (SMITH, 2018). A multifuncionalidade é visível nos seus corredores internos com as lojas de produtos orgânicos e verduras; lojas de queijos, vinhos, doces, erva mate etc.; na permanência das bancas de peixes e carnes, e das lojas de artesanato e vimes; nos pátios internos e externos, restaurantes, cafés, cervejarias, eventos, feira dos agricultores familiares, mercado das quinquilharias e de livros usados, etc. Porém, o comércio de doces, frutas e artes das camadas populares está fora do Mercado Central, situa-se no entorno da Praça Pedro Osório, no denominado Beco dos doces, das frutas e das artes.

A ponte entre espaço físico recuperado e preservado do Mercado Central transformou a centralidade urbana, onde as formas de convivência em meio a encontros e desencontros registram, na contemporaneidade, a multifuncionalidade deste espaço social, com a inovação de seu conteúdo. Dessa maneira a historicidade do lugar reconstituída se expressa no entrelaçamento da festa, do lúdico, do econômico, do familiar e do estranho, incorporada no dia a dia dos cidadãos de Pelotas.

## REFERÊNCIAS

**ALMANACH de PELOTAS.** Publicação anual de propaganda, informações úteis e variedades. Pelotas: Editora Officina Typographica, do Jornal Diário Popular, 1914. p. 200-220. (Consulta na Biblioteca Pública de Pelotas).

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul - 1858.** São Paulo: USP, 1980. p. 393-417.

BRASIL. **Código Comercial do Império.** Lei N°. 556, de 25 de junho de 1850. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM556.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM556.htm). Acesso em 23 maio 2019.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Programa Monumenta financia projeto de preservação patrimonial em Pelotas.**

Publicação de 25 de outubro de 2006. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1703/programa-monumenta-financia-projeto-de-preservacao-patrimonial-em-pelotas>. Acesso em 10 maio 2019.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Programa Monumenta reinaugura o Mercado Público de Pelotas – RS**. Publicação de 19 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/741>. Acesso em 10 maio 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo: 2008. p.67-171.

FEE – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul**. Censos do RS, 1803-1950. Porto Alegre: 1981. Disponível em: <[cdn.fee.tche.br/publicações/digitalização/de-provincia-ide-são-pedro-a-estado-do-rs-vol-1-1981.pdf](http://cdn.fee.tche.br/publicações/digitalização/de-provincia-ide-são-pedro-a-estado-do-rs-vol-1-1981.pdf)>. Acesso em 10 maio 2019.

FERNANDES, Florestan. O Conceito de Sistema Social. In: FERNANDES, Florestan. **Elementos de Sociologia teórica**. 1.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. p.85-109.

FERNANDES, Florestan, Prefácio. In: **SINGER, Paul (1977). Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1977, p. 1-5.

FERNANDES, Florestan. A Sociologia: objeto e principais problemas. Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada. In: IANNI, Octávio (ORG). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 77-122.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouva. **Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Livraria Mundial, 1993.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouva. Mercado Público. In: LONER, Beatriz et. al. (ORGs). **Dicionário de História de Pelotas**. 3. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2017. p.189-191.

HARVEY, David. Passagem da modernidade à pós-modernidade na cultura contemporânea. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992. p.13-113.

HARVEY, David. Las teorías revolucionaria y contrarrevolucionaria en Geografía y el problema de la formación de guetos. In: HARVEY, David. **Urbanismo y desigualdad social**. Madrid: Siglo XXI, 2007. p. 125-158.

HARVEY, David. El derecho a la ciudad. In: HARVEY, David. **Ciudades Rebeldes: del derecho de la ciudad a la revolución urbana**. 1. ed. Madrid: Ediciones Akal, 2013. p. 19-49.

HERRLEIN JR., Ronaldo. **Mercado de trabalho urbano-industrial no Rio Grande do Sul: origens e primeira configuração, 1870-1920**. Porto Alegre, FEE, s/d. 35p. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas1s1a6.pdf>. Acesso em 01 maio 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MAGALHÃES, Mário Osório. **História e tradições da cidade de Pelotas**. Porto Alegre: IEL – Instituto Estadual do Livro, 1981.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 37-64.

- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **Das pedras aos lambrequins**. A preservação do patrimônio arquitetônico e urbano no Rio Grande do Sul do século XX. São Leopoldo, RS: Ed, UNISINOS, 2019.
- MONQUELAT, Adão Fernando. O ato de criação do Mercado Central de Pelotas. **Blog Pelotas de Ontem**. 2017. Disponível em: <http://pelotasdeontem.blogspot.com/2017/03/o-ato-de-criacao-do-mercado-central-de.html>. Acesso em 10 maio 2019.
- MORAES, Maria Laura Brenner. Samba no Mercado Público: imagens narradas. **Revista Thema**. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) 2017, v.14, n.3, p. 88-101. <http://dx.doi.org/10.15536/thema.14.2017.88-101.473> Acesso em 10 nov. 2020
- MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim; SCHLEE, Andrey Rosenthal. **100 Imagens da Arquitetura pelotense**. Pelotas: Pallotti, 1998.
- PARK, Robert. **On Social Control and Collective Behavior**. Chicago: Chicago University Press, 1967, p.3.
- PELOTAS. Secretaria Municipal de Cultura / Diretoria Memória e Patrimônio Pelotas. Manual do Usuário. **Primeira Parte Preservação do Patrimônio Histórico e História (Oficial) de Pelotas**. 50p. s/d. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br>. Acesso em 10 maio 2019.
- PEREIRA, Álvaro Luis dos Santos. A Gentrificação e a Hipótese do Diferencial de Renda: limites explicativos e diálogos possíveis. **Cadernos Metrópole**. Desenvolvimento desigual e gentrificação da cidade contemporânea. São Paulo: PUC-SP. v.16, n.32, p.295-628, nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3200> Acesso em 10 maio 2017
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República Velha Gaúcha**: charqueadas, frigoríficos e criadores. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. Direito e liberdade. In: RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. **Controvérsias da Questão Social**: liberalismo e positivismo na causa abolicionista no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2012. p. 75-96.
- RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. Introdução. In: RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (Org.) **Dimensão Histórica da Sociologia**: dilemas e complexidade. Curitiba: Appris, 2016. p. 13-25.
- SANTA CATHARINA, Roberta Tabora. **Ordenanças Urbanas e Ideia de Cidade**: o Primeiro e o Segundo Plano Diretor de Pelotas e os temas de urbanismo do século XX. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, 2012. Disponível em: [dissertacao\\_-\\_roberta\\_tabora\\_santa\\_catharina](dissertacao_-_roberta_tabora_santa_catharina). Acesso em 10 maio 2019.
- SANTOS, Klécio. **Mercado Central Pelotas, 1846-2014**. Pelotas: Fructos do Paiz, 2014.
- SILVA, Elmar Manique da. Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890). In: Dacanal, José Hildebrando; Gonzaga, Sergius. **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 55-91.
- SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de Sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SIMON, Adriano Luís Heck et. al. Impactos ambientais e estado de degradação ambiental do Canal do Santa Bárbara, Município de Pelotas RS. Curso de Geografia, Laboratório de Cartografia e Estudos Ambientais - LACEA. Universidade Federal de Pelotas. **Anais X Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada**. Rio de Janeiro, 2003, 9p.



Disponível em <http://www.cibergeo.org/XSBGFA/eixo3/3.3/202/202.htm>. Acesso em: 26 maio 2019.

SINGER, Paul. Campo e cidade no contexto histórico latino-americano. In: SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 91-113.

SINGER, Paul. Porto Alegre. In: SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1977. p.141-269.

SMITH, Neil **La nueva frontera urbana**. Ciudad revanchista y gentrificación. Madrid: Edición Traficantes de Sueños, 2012. 378p. Disponível em <https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/La%20nueva%20frontera%20urbana-TdS.pdf> Acesso em 20 nov. 2018.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues **A cidade meridional do Rio Grande do Sul: cidade pampeana ou brasileira?**. Porto Alegre, FEE, s/d. 12p. Disponível em <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s14a2.pdf>. Acesso em 10 maio 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade. In: VASCONCELOS, Pedro et al. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-94.

VARGAS, Jonas Moreira. Abastecendo plantations: A inserção do charque fabricado em Pelotas (RS) no comércio atlântico das carnes e a sua concorrência com os produtores platinos (século XIX). **História (São Paulo)**, Franca, v. 33, n. 2, p. 540-566, dez. 2014 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010190742014000200540&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742014000200540&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 10 maio 2019.

VARGAS, Pedro Rubens. As negras minas. **Jornal do mercado de Porto Alegre**. Entrevista. 27 jun 2016. Disponível em <https://jornaldomercado.com.br/as-negras-minas/> Acesso em 10 maio 2019

VARGAS, Pedro Rubens. **O Mercado Central de Porto Alegre e os caminhos invisíveis do negro: uma relação patrimonial**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR, Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/propur/teses\\_dissertacoes/Pedro\\_Rubens.pdf](http://www.ufrgs.br/propur/teses_dissertacoes/Pedro_Rubens.pdf) Acesso em 10 maio 2019.

WRITE, Elwyn Brooks. **Aqui está Nova York**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

XAVIER, Ana Estela Vaz. **A revitalização do Mercado Central de Pelotas e sua ressignificação**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2017/07/AnaEstelaVazDisserta%C3%A7%C3%A3o2017.pdf>. Acesso em 10 maio 2019.